



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

DECRETO Nº. 507/2019

Súmula: Homologa alterações no Estatuto da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, ROMUALDO BATISTA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

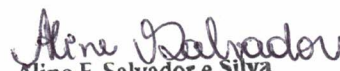


Art. 1º - Ficam homologadas as alterações no Estatuto da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari-FAFIMAN, aprovadas pelo Conselho de Administração da instituição, em data de 9 de outubro de 2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Mandaguari, Estado do Paraná aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove (29.10.2019).


Romualdo Batista
Prefeito Municipal


Aline F. Salvador e Silva
OAB/PR 86.098



As constantes alterações na legislação do ensino superior do Brasil provocaram a necessidade de atualizar o Estatuto da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari. A Direção da FAFIMAN propôs, ao Conselho de Administração, as alterações estatutárias, as quais foram discutidas e aprovadas. Foram aprovadas as seguintes alterações estatutárias.

Art. 3º



Nova redação

i) indicar o nome do professor que será nomeado pelo Prefeito Municipal de Mandaguari, como membro do Conselho de Administração;

j) enviar ao Prefeito Municipal de Mandaguari os nomes dos professores eleitos pela comunidade acadêmica para Diretor e Vice-Diretor da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari, para serem nomeados;

Acrescentado: letra “k”, com as alterações subsequentes.

Art. 11.

II – aos coordenadores dos departamentos ou diretores dos órgãos suplementares, quando lhes disser respeito.

Art. 17.

Nova redação

II - a comunidade universitária exercita o voto, sendo este secreto para chapa fechada de Diretor e de Vice-Diretor.

III – Será encaminhada a lista tríplice com as chapas mais votadas

IV - Preferencialmente a chapa mais votada será nomeada pelo Prefeito Municipal.



Suprimido o item IV

Revogados os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º.

Acrescentado: Parágrafo único - Considera-se comunidade universitária o corpo docente, 70%; o quadro de funcionários efetivos em pleno exercício de suas funções, 20%; e o corpo discente, 10%.

Art. 18.



Nova redação

§ 3º Ocorrendo quaisquer das vacâncias mencionadas, procede-se, no prazo de 30 dias do início da vacância, a nova eleição, consoante art. 17, e, dentro desse mesmo prazo, os nomes dos eleitos serão encaminhados ao Prefeito Municipal.

Acrescentado

§ 6º É vedada a candidatura de Diretor, com dois mandatos consecutivos, ao cargo de Vice-Diretor na eleição subsequente.

Art. 20.

Nova redação

c) um professor escolhido pela Congregação e nomeado pelo Prefeito Municipal de Mandaguari;

Art. 25.

Nova redação

III – pelos coordenadores dos departamentos;

Art. 26.

Suprimido o item

- representante do Ministério Público.



Art. 31.

Nova redação

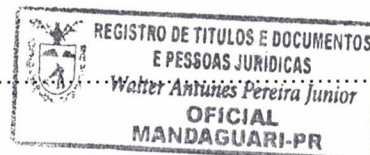
I - Professor Auxiliar, portador do título de especialista;

II - Professor Assistente, portador do título de mestre;

III - Professor Adjunto, portador do título de doutor;

IV - Professor Titular, portador do título de pós-doutor.

Art. 40.



Nova redação

Art. 40. Qualquer alteração do presente Estatuto somente ocorrerá por proposta aprovada por maioria absoluta da Congregação, devendo ser promulgada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 52.

Nova redação

Art. 52. Quanto às propostas de contratação de pessoal docente, técnico e administrativo, o Conselho de Administração limitar-se-á à análise da viabilidade econômico-financeira.



E S T A T U T O D A F U N D A Ç Ã O F A C U L D A D E D E F I L O S O F I A ,
C I Ê N C I A S E L E T R A S D E M A N D A G U A R I - F A F I M A N

TÍTULO I

DA FUNDAÇÃO E SEUS FINS

Art. 1º A Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari, com sede e foro na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná, instituída pela Lei Municipal nº 104/72, de 10 de junho de 1972, resultante da transformação da Fundação Educacional de Mandaguari, criada pela Lei Municipal 22/66 e alterada pela Lei Municipal nº 123/72, também designada pela sigla "FAFIMAN", é pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com autonomia didático-científica, administrativa e disciplinar, e reger-se-á pela legislação do ensino superior e por este Estatuto.

Art. 2º À Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari, que tem por objetivo promover e desenvolver todas as formas de conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compete:

I - ministrar o ensino superior visando à formação de profissionais ao exercício da investigação e do magistério, bem como à sua qualificação para as atividades profissionais;

II - estender à sociedade a oportunidade de desenvolver todas as formas de conhecimento, através dos meios referidos no *caput* deste artigo;

III - realizar intercâmbio científico e cultural, bem como participar de programas oficiais de cooperação nacional e internacional;

IV - manter os atuais cursos e outros que venham a ser criados pela Instituição.

Art. 3º A autonomia a que se refere o art. 1º consiste no poder de:

a) estabelecer sua política de ensino e pesquisa;

b) estabelecer seu regime escolar e didático;

c) modificar e extinguir cursos;

d) fixar os currículos dos seus cursos, respeitados os currículos mínimos exigidos pelo Conselho Nacional de Educação;

e) estabelecer os critérios para seleção, admissão e promoção dos alunos;

f) conferir graus, diplomas, títulos e outras dignidades universitárias;

g) estabelecer e aplicar sanções ao pessoal docente, discente e técnico-administrativo;





- h) elaborar e reformar os regulamentos de seus órgãos;
- i) indicar o nome do professor que será nomeado pelo Prefeito Municipal de Mandaguari, como membro do Conselho de Administração;
- j) enviar ao Prefeito Municipal de Mandaguari os nomes dos professores eleitos pela comunidade acadêmica para Diretor e Vice-Diretor da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari para serem nomeados;
- k) admitir e demitir pessoal docente, técnico, administrativo e temporário, dispondo sobre as condições de admissão, investidura, direitos e deveres e demissão, respeitadas as legislações trabalhista e específica;
- l) elaborar e executar o orçamento;
- m) executar operações de crédito e câmbio;
- n) administrar o patrimônio e os recursos da Fundação;
- o) fixar taxas, emolumentos e custas;
- p) aceitar legados, auxílios, subvenções, doações e cooperação financeira;
- q) proceder a todas e quaisquer medidas visando à consecução dos fins para os quais a Entidade foi criada.



Art. 4º A "FAFIMAN" terá prazo indeterminado de funcionamento, e, em caso de extinção, seu patrimônio reverterá ao Município de Mandaguari.

TÍTULO II

PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS

CAPÍTULO I

PATRIMÔNIO

Art. 5º O patrimônio da Fundação será constituído:

- a) dos bens móveis, imóveis, equipamentos e instalações pertencentes à Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari, ou que lhe forem destinados a partir desta data;
- b) dos auxílios, doações, legados e saldos dos exercícios financeiros.



CAPÍTULO II

RECURSOS FINANCEIROS

Art. 6º A receita da Fundação se constituirá de:

- a) recursos consignados anualmente no orçamento municipal de Mandaguari;
- b) auxílios e subvenções do Município, Estado e União;
- c) contribuições escolares;
- d) rendimentos de serviços prestados;
- e) rendas patrimoniais;
- f) doações e auxílios de entidades privadas.



CAPÍTULO III

REGIME FINANCEIRO

Art. 7º O exercício financeiro da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari coincidirá com o ano civil, e o seu orçamento será uno.

Art. 8º O Diretor submeterá à apreciação e aprovação do Conselho de Administração a proposta do orçamento anual, até 30 de setembro de cada ano.

Art. 9º Os planos anuais de aplicação de recursos terão a forma de orçamento programa, com provisões de um ano para o outro.

Art. 10. As transposições orçamentárias serão submetidas aos Poderes Executivo e Legislativo, mediante proposta de projeto de lei elaborada pelo Conselho de Administração.

Art. 11. Mediante aprovação do Conselho de Administração, poderão ser criados fundos especiais destinados ao custeio de determinadas atividades ou programas específicos. Caberá a gestão dos recursos:

- I - ao Diretor, quando corresponder a objetivos de interesse geral;
- II – aos coordenadores dos departamentos ou diretores dos órgãos suplementares, quando lhes disser respeito.

§1º No orçamento da Fundação, poderão ser consignadas dotações para os fundos, por doações, legados ou saldos de exercícios financeiros.



§2º No orçamento, poderão ser consignadas anualmente verbas para financiar cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação dos docentes e funcionários.

Art. 12. Os saldos financeiros positivos verificados no encerramento do exercício serão levados à conta do fundo patrimonial ou lançados nos fundos especiais utilizados para abertura de créditos especiais e suplementares.

Art. 13. A Fundação prestará contas ao Chefe do Poder Executivo Municipal de Mandaguari, até 31 de janeiro de cada ano, do movimento financeiro referente ao ano anterior.

TÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO DA ENTIDADE

Art. 14. A Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari será composta e regida pelos seguintes órgãos:

I - de Execução:

a) Diretoria.

II - de Deliberação:

a) Congregação;

b) Conselho Departamental;

c) Conselho de Administração.

III- de Fiscalização Econômico-Financeira:

a) Conselho de Curadores.



CAPÍTULO I

DIRETORIA

Art. 15. A Diretoria, órgão de execução das resoluções da Congregação, do Conselho Departamental e do Conselho de Administração e de todos os atos inerentes à administração técnico-pedagógica da Entidade, compõe-se de:

a) Diretor;

b) Vice-Diretor.



§ 1º A constituição, organização e atribuições da Direção e dos órgãos que a compõem constam do Regimento Interno da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari.

§ 2º As modificações regimentais, bem como os anexos do Regimento Interno referido no parágrafo anterior, deverão ser aprovadas pela Congregação.

Art. 16. Ao Diretor, agente executivo da Fundação, incumbe representá-la publicamente, em juízo e fora dele.

Art. 17. O Diretor e o Vice-Diretor serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante o seguinte processo:

I - os professores interessados, que deverão estar em efetivo exercício na Faculdade, candidatam-se aos cargos de Diretor e de Vice-Diretor;

II- a comunidade universitária exercita o voto, sendo este secreto para chapa fechada de Diretor e de Vice-Diretor;

III – Será encaminhada a lista tríplice com as chapas mais votadas

IV – Preferencialmente, a chapa mais votada será nomeada pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo primeiro - Considera-se comunidade universitária o corpo docente, o quadro de funcionários efetivos em pleno exercício de suas funções, e o corpo discente.

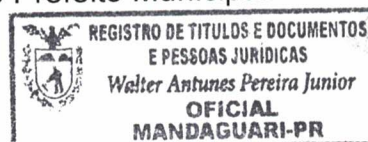
Paragrafo segundo – Para apuração do resultado final do pleito, considerar-se-á a seguinte proporção 70% pelos votos do corpo docente, 20% pelos votos do quadro de funcionários e 10% pelos votos do corpo discente.

Art. 18. O mandato do Diretor e Vice-Diretor será de quatro anos, e o seu término será em 31 de dezembro, para coincidir com o ano civil e com o exercício financeiro, sendo permitida uma recondução.

§ 1º O Diretor será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Diretor, que o sucederá, em caso de vacância, até o novo provimento.

§ 2º Na vacância dos cargos de Diretor e Vice-Diretor, como na falta ou impedimento de ambos, a Diretoria será exercida pelo membro da Congregação que for professor mais antigo no magistério da Fundação.

§ 3º Ocorrendo quaisquer das vacâncias mencionadas, procede-se, no prazo de 30 dias do início da vacância, a nova eleição, consoante art. 17, e, dentro desse mesmo prazo, os nomes dos eleitos serão encaminhados ao Prefeito Municipal.





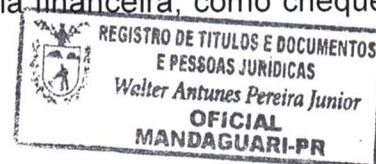
§ 4º O Diretor fica desobrigado do exercício de suas atividades docentes, sem prejuízo de gratificações e demais vantagens.

§ 5º O Vice-Diretor poderá ficar desobrigado do exercício de suas atividades docentes, sem prejuízo de gratificações e demais vantagens, quando estiver no exercício do cargo de Diretor.

§ 6º É vedada a candidatura de Diretor, com dois mandatos consecutivos, ao cargo de Vice-Diretor na eleição subsequente.

Art. 19. Além das atribuições a serem definidas no Regimento Interno, compete ao Diretor:

- a) presidir as reuniões do Conselho de Administração;
- b) assinar todos os documentos que envolvam matéria financeira, como cheques, folhas e ordem de pagamento;
- c) executar o orçamento;
- d) preparar os balancetes mensais, bem como o balanço anual, apresentando-os ao Executivo Municipal, após a devida apreciação e aprovação pelos Conselhos de Administração e de Curadores;
- e) assinar, quando autorizado pelo Conselho de Administração, convênios de caráter econômico-financeiro;
- f) receber legados e doações, quando devidamente autorizado pelo Conselho de Administração;
- g) submeter à apreciação do Conselho de Administração as tabelas das anuidades, bem como o valor dos serviços, taxas e emolumentos a serem cobrados;
- h) executar quaisquer outros atos de administração ordinária que envolvam assuntos econômico-financeiros.



CAPÍTULO II

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 20. O Conselho de Administração, órgão de deliberação, controle e orientação administrativo da Fundação Faculdade, será composto por:

- a) Diretor;
- b) Vice-Diretor;



c) um professor escolhido pela Congregação e nomeado pelo Prefeito Municipal de Mandaguari;

d) quatro representantes das classes produtoras do Município, de livre indicação do Prefeito Municipal de Mandaguari;

e) um representante do corpo discente da Faculdade, escolhido na forma do Regimento.

Art. 21. O mandato dos representantes das classes produtoras e dos representantes dos docentes será de 2 (dois) anos, podendo haver recondução por igual período, e o do representante dos discentes perdurará por 1 (um) ano, não se admitindo recondução.

Parágrafo único. Cada membro do Conselho de Administração terá um suplente, escolhido na forma do art. 20, que o substituirá nos seus impedimentos.

Art. 22. Compete ao Conselho de Administração:

a) aprovar a proposta orçamentária e fiscalizar a execução do orçamento;

b) examinar, a qualquer tempo, a contabilidade e a respectiva documentação;

c) decidir sobre a aceitação de legados e doações de qualquer natureza;

d) aprovar os balancetes e as prestações de conta da Direção, bem como o balanço anual e o relatório financeiro a serem apresentados ao Executivo Municipal;

e) autorizar a celebração de convênios com outras entidades públicas ou particulares;

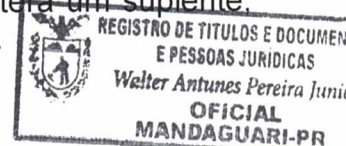
f) autorizar a Direção a adquirir, onerar, ceder, locar, tomar em locação e arrendar imóveis; alienar quaisquer bens; ceder ou locar móveis, equipamentos ou veículos;

g) autorizar a Direção a contrair empréstimos ou realizar operações de crédito, observando-se a legislação em vigor;

h) aprovar os valores das tabelas de anuidades dos cursos, das taxas e emolumentos, bem como dos serviços mantidos pela Fundação;

i) autorizar a Direção a contratar todo o pessoal administrativo, técnico e docente da Entidade, consoante prévia indicação dos respectivos órgãos;

j) apreciar quaisquer assuntos que importem a prática de atos de administração econômico-financeira.





Art. 23. O mandato dos membros do Conselho de Administração será considerado extinto, antes do término, nos seguintes casos:

- a) morte;
- b) renúncia;
- c) ausência injustificada, a critério do Conselho de Administração, a três reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas, dentro de um ano;
- d) licença por motivo de doença, quando o período for superior a seis meses, contínuos ou não;
- e) procedimento incompatível com a dignidade da função.

Parágrafo único - Extinto o mandato, a vaga será preenchida dentro de quinze dias, de acordo com as disposições do art. 20, do presente Estatuto, cabendo ao novo mandatário complementar o tempo restante.

CAPÍTULO III

CONGREGAÇÃO



Art. 24. A Congregação é constituída:

- I – pelo Diretor, seu presidente;
- II – pelo Vice-Diretor;
- III – pelos professores em exercício;
- IV - por dois representantes discentes, indicados pelo Diretório Acadêmico, com mandato de um ano, vedada a recondução.

Parágrafo único. O Regimento definirá a competência da Congregação.

CAPÍTULO IV

CONSELHO DEPARTAMENTAL

Art. 25. O Conselho Departamental é constituído:

- I – pelo Diretor, seu presidente;



II – pelo Vice-Diretor;

III – pelos coordenadores dos departamentos;

IV - por um representante do corpo discente, indicado pelo Diretório Acadêmico, com mandato de um ano, vedada a recondução.

Parágrafo único. O Regimento definirá a competência do Conselho Departamental.

CAPÍTULO V



CONSELHO DE CURADORES

Art. 26. O Conselho de Curadores, órgão de fiscalização econômico-financeira, será formado por 5 (cinco) membros, sendo:

I - um representante do corpo docente da Faculdade, indicado em Assembleia Geral dos Docentes;

II - três representantes da comunidade, preferencialmente portadores de diploma de curso superior, de livre escolha do Prefeito Municipal.

Art. 27. O Presidente do Conselho de Curadores será escolhido por seus pares e terá o mandato de 1 (um) ano.

§ 1º O mandato dos membros do Conselho de Curadores será de dois anos, admitindo-se uma recondução.

§ 2º Cada membro do Conselho de Curadores terá um suplente, escolhido na forma do art. 26, que o substituirá nos seus impedimentos.

§ 3º Ocorrendo vaga no Conselho de Curadores, proceder-se-á à escolha de novo membro, segundo as prescrições deste Estatuto, para completar o mandato.

Art. 28. Compete ao Conselho de Curadores:

a) examinar os balancetes e prestação de contas do Diretor, sobre os quais deverá emitir parecer;

b) examinar os livros e documentos contábeis da Fundação, a qualquer tempo;

c) apreciar quaisquer assuntos que importem a fiscalização econômico-financeira da Fundação.



TÍTULO IV

PESSOAL DOCENTE, TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

Art. 29. Os contratos do pessoal docente, técnico e administrativo da Fundação reger-se-ão pela Consolidação das Leis do Trabalho, devendo estabelecer:

I - natureza ou padrão do cargo ou função; II - prazo de vigência;

III - regime de trabalho;

IV - forma e valor da remuneração.



CAPÍTULO I

PESSOAL DOCENTE

Art. 30. O corpo docente da Faculdade é constituído pelos professores que exercem atividades diretamente ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Art. 31. O quadro da carreira docente da Faculdade abrange as seguintes classes:

I – Professor Auxiliar, portador do título de especialista;

II – Professor Assistente, portador do título de mestre;

III – Professor Adjunto, portador do título de doutor;

IV – Professor Titular, portador do título de pós-doutor.

§1º Os professores serão contratados pela FAFIMAN, segundo o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

§2º O ingresso na carreira docente será feito mediante concurso público de provas e títulos, conforme regulamento próprio aprovado pela Câmara Municipal.

Art. 32. Os concursos far-se-ão nos termos dos respectivos editais, segundo as normas complementares estabelecidas pelo Conselho Departamental.

§1º Os concursos serão feitos de acordo com as necessidades de cada Departamento, obedecendo-se a programas especialmente elaborados com base em disciplina ou conjunto de disciplinas, de modo a caracterizar uma área de conhecimento.



§2º O programa proposto pelo Departamento deverá ser submetido à aprovação do Conselho Departamental.

§3º Todos os concursos para provimento de cargos de docente terão validade imediata, respeitados os prazos fixados nos respectivos editais.

Art. 33. Presente o disposto no § 2º do art. 31 deste Estatuto, a seleção do pessoal docente da Fundação será feita pela comissão especial que regulamentará o concurso, fixando normas e instruções, observados os padrões pertinentes.

Art. 34. Havendo conveniência para o ensino e para a pesquisa, e respeitada a classe docente, permitir-se-á a transferência de docentes de um para outro Departamento da Fundação.

§1º A hipótese proposta neste artigo dependerá da prévia anuência do docente e do pronunciamento favorável dos departamentos envolvidos.

§2º A decisão do Departamento deverá ser homologada pelo Conselho Departamental.

§3º O Regimento definirá as atribuições do professor.

Art. 35. A Fundação Faculdade poderá admitir, mediante proposta dos departamentos:

I - professores, artistas, técnicos, ou outras pessoas de reconhecida competência e notório saber, para colaborarem nas atividades universitárias em níveis paralelos aos do magistério;

II - professores especialistas, como professores visitantes, também em níveis paralelos aos do magistério.

CAPÍTULO II

CORPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

Art. 36. O corpo Técnico-Administrativo da Fundação Faculdade é constituído por todos os servidores que exercem as diversas funções e serviços necessários ao pleno funcionamento da Faculdade.

Parágrafo único. A Faculdade zelará pela manutenção de padrões de recrutamento e condições de trabalho condizentes com a sua natureza de instituição educacional e oferecerá oportunidade de aperfeiçoamento técnico e profissional a seus funcionários.





Art. 37. A contratação dos funcionários de que trata o artigo anterior far-se-á mediante concurso público, conforme regulamento próprio, aprovado pela Câmara Municipal.

CAPÍTULO III

DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 38. Cabe aos corpos docente, discente e de servidores não-docentes manter fiel observância dos preceitos exigidos para a boa ordem e dignidade da Faculdade.

Art. 39. O regime disciplinar da Faculdade é de responsabilidade de todos os membros da Comunidade Acadêmica.

Parágrafo único. Os princípios gerais do regime disciplinar serão definidos pelo Regimento.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS



Art. 40. Qualquer alteração do presente Estatuto somente ocorrerá por proposta aprovada por maioria absoluta da Congregação, promulgada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 41. Todas as decisões dos órgãos colegiados sobre matéria não expressamente prevista neste Estatuto deverão ser tomadas por maioria absoluta.

Art. 42. Os órgãos colegiados só poderão deliberar com a presença de metade mais um de seus membros, e as decisões deverão ser tomadas por maioria simples.

Art. 43. A Fundação instituirá anuidade aos alunos.

Parágrafo único. As taxas e anuidades escolares serão fixadas pelo Conselho de Administração, atendidos os índices estabelecidos em lei.

Art. 44. No instrumento de convocação para reuniões dos órgãos de deliberação e de fiscalização constará, obrigatoriamente, a ordem do dia.

§1º As convocações mencionadas no *caput* deste artigo serão feitas pelo presidente de cada órgão, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§2º As convocações extraordinárias dos Conselhos e Congregação poderão ser feitas por 1/3 (um terço) dos respectivos membros.



Art. 45. Os órgãos de deliberação e de fiscalização deverão elaborar e aprovar seus próprios regulamentos.

Art. 46. Os membros dos órgãos colegiados e o Diretor não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Fundação nem em virtude de ato regular de gestão, responderão, porém, civilmente, pelos prejuízos que causarem, quando procederem:

- I - com culpa ou dolo, ainda que dentro de suas atribuições ou poderes;
- II - com violação da lei ou dos estatutos.

Art. 47. Através de resoluções, os colegiados deliberativos disciplinarão a matéria de sua competência.

Art. 48. Através de atos executivos, portarias, editais e instruções de serviço, a Direção da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari baixará normas que disporão sobre assuntos não previstos expressamente no presente Estatuto e que sejam necessários ao bom funcionamento da Entidade.

Art. 49. Em caso de necessidade de assessoria jurídica, o Diretor contratará profissional habilitado, cuja remuneração será paga na base do serviço prestado.

Art. 50. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por bimestre e, extraordinariamente, sempre que for necessário.

Art. 51. O exercício das funções de membros dos Conselhos de Administração e de Curadores será considerado serviço de caráter relevante, não cabendo qualquer remuneração.

Art. 52. Quanto às propostas de contratação de pessoal docente, técnico e administrativo, o Conselho de Administração limitar-se-á à análise da viabilidade econômico-financeira.

Art. 53. Os presidentes dos órgãos colegiados terão apenas o voto de qualidade.

Mandaguari, 9 de outubro de 2019

Serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de Mandaguari-PR
Rua José Ferreira Nhô Belo, 137, centro, Mandaguari-PR - Fone (44) 3133-0121
CNPJ 78.190.600/0001-57 - Walter Antunes Pereira Junior - Oficial do Registro
3GrQ9 . 62Avf . NYFD - 2kNLR . qOTGG - Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>
Emolumentos R\$ 57,90 Distribuidor R\$ 9,02 FUNREJUS R\$ 8,40 FUNARPEN R\$ 1,17 ISS R\$ 2,89

Protocolo nº 19752

Registro nº 066

FADEP R\$ 2,89

Averbação nº 008

Livro nº A-19, fls. 001

Mandaguari 20 de novembro de 2019.

Paulo Henrique Duarte Matonezi
Paulo Henrique Duarte Matonezi
Funcionario Juramentado

